

B LETIM **CNM**

Publicação da Confederação Nacional de Municípios • março de 2017

DEFINIDA A PAUTA PRIORITÁRIA

PARA ESTRATÉGIAS DE AÇÃO NO CONGRESSO NACIONAL EM 2017

Família Municipalista



Visitas de prefeitos à CNM – fevereiro/2017



Araguatins (TO), Claudio Santana



Balsas (MA), Erik Augusto Silva



Bonito de Minas (MG), Zé Reis



Campestre (MA), Valmir de Moraes



Vinhedo (SP), Jaime Cruz



Canela (RS), Constantino Orsolin



Carira (SE), Ardoaldo Chagas (meio)



Comitiva de prefeitos de SP (Adauto Severo, de Populina, Leandro Polarine, de Mesópolis, Euclides Scriboni, de Dirce Reis, Bento Luchetti, de Fernando Prestes, Sérgio Antônio, de Paranaçuã)



Conselheiro Mairinck (PR), Alex Sandro Domingues e Jaboti (PR), Vanderley Silva



Dionísio (MG), Fárias Menezes



Estreito (MA), Cícero Moraes



Forquethinha (RS), Paulo Grunewald



Irati (SC), Neuri Meurer e Santiago do Sul (SC), Julcimar Lorenzetti



Itajá (RN), Alaor Pessoa



Jesuitas (PR), Junior Weiller



Machadinho d'Oeste (RO), Eliomar Patrício



Maragogi (AL), Fernando Sérgio Lira



Novo Airão (AM), Wilton Santos



Novo Cabrais (RS), Leodegar Rodrigues e Cerro Branco (RS), Jorge Luiz Hoffmann



Plácido de Castro (AC), Gedeon Sousa Barros



Santo Amaro das Brotas (SE), Genivaldo Dadau



São Francisco do Guaporé (RO), Gislaine Clemente



São João da Baliza (RO), Marcelo Jorge



Tefé (AM), Normando Bessa



Teresopolis (GO), Francisco Alves

Entrevista



Cultura centralizadora no Brasil é “nefasta” aos Municípios, diz Anastasia

Em tempos de crise, a obtenção de novos recursos vira quase missão impossível. Uma das saídas é buscar formas de equilibrar as finanças municipais para garantir a sobrevivência das mais de 5 mil cidades brasileiras.

O Senado Federal é uma das Casas por onde tramita um conjunto de propostas que podem amenizar os impactos da crise sobre os Municípios brasileiros. Em entrevista à Agência CNM, o senador Antonio Anastasia (PSDB-MG), que é vice-presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), fala sobre as perspectivas para os Municípios brasileiros.

Ag. CNM: Como deve se comportar o Congresso Nacional nos próximos anos em relação aos Municípios brasileiros, que há anos vêm lutando para obter a devida autonomia financeira?

Senador Antonio Anastasia: Defendo que nós priorizemos as pautas municipalistas. Porque, digo sempre, fortalecer e defender os Municípios é beneficiar a própria população que lá reside e necessita de serviços públicos de qualidade. O Brasil, lamentavelmente, possui historicamente um processo centralizador muito forte, no qual tudo depende do poder central. Temos de, pouco a pouco, destruir essa tradição que é nefasta. Precisamos, assim, fortalecer a Federação, dando maior autonomia para que Estados e Municípios possam cumprir seu papel.

Ag. CNM: Há um conjunto de pleitos municipalistas em tramitação no Senado Federal. Em sua maioria, as propostas não possuem impacto financeiro para o orçamento da União, como é o caso do Imposto sobre Serviços (ISS). Por que, ainda assim, as matérias não são aprovadas pela Casa?

Senador Antonio Anastasia: Tenho lutado muito para que possamos mudar essa realidade. Mas o que vemos ainda, como eu disse, é uma cultura centralizadora muito forte no nosso país que ainda encontra coro em grande parte do Congresso Nacional. Há, como você disse, diversas pautas que colaboram com os Municípios e que dependem do Senado para avançar. Na medida do possível, e no limite de minhas competências, tenho buscado colaborar para destravarmos essas questões. Sob minha relatoria, no ano passado, por exemplo, conseguimos aprovar no Senado a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 73/2015, uma das reivindicações da *Marcha dos Prefeitos* daquele ano, a qual prevê que as entidades nacionais que representam os Municípios tenham também legitimidade para propor ação direta de inconstitucionalidade (ADI) e ação declaratória de constitucionalidade (ADC). Também aprovamos, já este ano, o PLS 472/2012, outro projeto do qual fui relator, o qual beneficia os Municípios e estabelece uma faixa menor (de R\$ 5 milhões) para que as prefeituras possam celebrar contratos de parceria público-privada (PPP). Apesar desses esforços e dessas conquistas, sei que ainda podemos e precisamos avançar muito mais.

Ag. CNM: A desconcentração do ISS é uma bandeira muito importante para o movimento municipalista. Porém, os vetos presidenciais impedem a redistribuição do imposto, que seria benéfica a milhares de Municípios brasileiros. O senhor vê ambiente no Congresso Nacional para derrubada dos vetos?



Agência Brasil

Senador Antonio Anastasia: O veto deverá ser analisado nos próximos dias e vamos trabalhar para que os Municípios possam ser atendidos também nesse pleito. Há, na verdade, diversas propostas nesse sentido. O que poderia resolver definitivamente esse problema é a aprovação da PEC 72/2015, apresentada por mim no Congresso Nacional. Porque aí não teríamos o problema do veto, já que se trata de uma proposta de emenda à constituição, que depende, portanto, apenas do próprio Parlamento. Mas, justamente por se tratar de uma PEC, tem uma tramitação mais demorada, infelizmente nesse caso.

Ag. CNM: O ano de 2018 marca as votações no Senado Federal. O senhor acredita que haverá uma grande renovação de parlamentares?

Senador Antonio Anastasia: Teremos a renovação de 2/3 do número de senadores em 2018. Nesse caso, felizmente, o povo é soberano e poderá optar pela reeleição de possíveis e prováveis candidatos à reeleição ou pela renovação com novos nomes que, tenho certeza, também surgirão. Dependerá de cada situação e de cada Estado, cada qual responsável, nas próximas eleições, por oferecer 2 senadores para nosso Parlamento. É difícil fazer um prognóstico faltando ainda tanto tempo para as eleições. Mas, no momento oportuno, o povo saberá fazer valer sua vontade e seu voto.

Ag. CNM: Em tempos de discussão sobre a reforma tributária, qual a sua sugestão de mudança para tirar os Municípios da crise?

Senador Antonio Anastasia: A Reforma Tributária é sempre muito propagada e, sabemos bem, muito necessária. Mas esbarra em interesses regionais e locais muito fortes e na própria centralização excessiva que ainda temos no Brasil. Fatalmente, mais dia, menos dia, teremos de enfrentar esse tema com a seriedade e firmeza necessárias. A solução que vejo para esse caso é fazermos uma reforma planejada, com objetivos e ações bem definidas para um prazo mais estendido. Ou seja, descentralizando pouco a pouco recursos da União para Estados e Municípios de forma que, em um prazo maior, esses Entes possam ter capacidade e recursos para prestar serviços públicos de mais qualidade. Não dá para fazer isso em um passe de mágica, mas é possível realizarmos essa reforma se pensarmos para frente, de maneira planejada e paulatina.

Turismo



Conheça ações que priorizam os Municípios integrantes da Rede Cidades Históricas

Diante do reconhecimento da importância do Turismo cultural para o desenvolvimento econômico dos Municípios com bens tombados e detentores de sítios do patrimônio natural e cultural, a Confederação Nacional de Municípios (CNM) tornou como tema prioritário o projeto Rede Cidades Históricas Turísticas e Patrimônio Mundial. A entidade tem promovido ações que visam a fortalecer o Turismo e contribuir para viabilizar a gestão dessas cidades.

A Rede Cidades Históricas Turísticas e Patrimônio Mundial é composta por 71 Municípios com sítios do patrimônio natural e cultural reconhecidos pela Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (Unesco). Outras 301 cidades com bens tombados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) também integram a Rede.

Uma das iniciativas da CNM foi a parceria do Tribunal de Contas da União (TCU) em 2016, que resultou na consecução de um relatório técnico que subsidiou a votação do Acórdão 3.155/2016 no Plenário do órgão. A decisão recomendou à Casa Civil da Presidência da República a elaboração, em conjunto com os Ministérios do Turismo, do Meio Ambiente, da Cultura e de outros órgãos com atribuições ao tema, uma política nacional de gestão do patrimônio mundial da humanidade. Essa decisão deve contemplar, entre outros objetivos, a exploração turística adequada e a definição das responsabilidades das instituições em todas as instâncias federativas, na iniciativa privada e na sociedade, voltadas à estruturação dos destinos turísticos.

Encontro das Cidades Históricas Turísticas e Patrimônio Mundial

A CNM realizou duas edições do Encontro Brasileiro das Cidades Históricas Turísticas e Patrimônio Mundial em que recebeu gestores estaduais e municipais de todas as regiões do Brasil. Os eventos foram promovidos para definir uma agenda de desenvolvimento sustentável dos núcleos históricos, em sintonia com a gestão urbanística das cidades e direcionada aos Municípios reconhecidos como Patrimônio Cultural Nacional e Patrimônio Mundial.

Os eventos foram realizados em 2015, em Olin-da (PE), e, no ano passado, em São Luís (MA). Ao to-



do, os encontros reuniram 1.650 participantes. Nos dias 11 e 12 de abril, a Confederação vai promover o terceiro encontro, em Brasília. A expectativa é de que 350 pessoas participem do evento.

Exposições e atuação no Congresso

Audiências e discussão de propostas também fizeram parte das ações da CNM. No Congresso Nacional, a entidade trabalhou ativamente para a inserção das Cidades Patrimônio Mundial no Projeto de Lei (PL) 442/1991, que faz referência à construção de cassi-

nos e direcionamento de impostos para manutenção e conservação do patrimônio nesses Municípios.

A Confederação participou, em parceria com o Instituto Brasileiro de Turismo (Embratur), da Exposição Visual Itinerante dos Patrimônios Culturais da Humanidade no Brasil. A primeira exposição aconteceu em Londres, na Inglaterra, e a segunda no Rio de Janeiro, durante os Jogos Olímpicos e Paralímpicos realizados no Brasil. Para mais informações sobre a Rede, entre em contato pelo telefone (61) 2101-6606 ou pelo e-mail: turismo@cnm.org.br.

Vitória municipalista: MTur atualiza Mapa do Turismo Brasileiro

A Confederação Nacional de Municípios (CNM) conquistou mais uma vitória municipalista que movimentará os Municípios turísticos e fortalecerá o setor. O Ministério do Turismo (Mtur) atendeu aos pedidos da entidade municipalista e vai atualizar o Mapa do Turismo Brasileiro em 2017. Agora, suas atualizações acompanharão o mandato dos gestores municipais. Com as alterações acatadas, o mapa será atualizado a cada dois anos, no primeiro ano de exercício de mandato dos prefeitos e no dos governadores.

Em dezembro do ano passado, a CNM enviou um ofício ao ministro do Turismo, Marx Beltrão, em que solicitava a realização, em 2017, de uma nova atualização do Mapa do Turismo Brasileiro. A Confederação pediu uma atualização do mapa para possibilitar, aos Municípios que ficaram de fora do Mapa de 2016, o encaminhamento da documentação e, por conseguinte, a concorrência à inclusão no novo mapa.

Rede Municipalista



Agende-se e participe do 2º Encontro de Agentes Municipalistas durante a XX Marcha

Dentro do cronograma da *XX Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios* está prevista uma atividade exclusiva da Rede Municipalista. Trata-se do 2º Encontro de Agentes Municipalistas, que vai oferecer uma oportunidade de troca de informações e experiências para os participantes. A atividade será na terça-feira, 16 de maio, das 14h às 17h. Para participar, o agente deve garantir sua inscrição na *Marcha* pelo site www.marcha.cnm.org.br.

Na programação do encontro, estão previstas palestras sobre o funcionamento da Rede, pauta prioritária e ferramentas disponíveis para o agente. A *Marcha* ocorre de 15 a 18 de maio, em Brasília.

Programação (*sujeita a alterações)

14h – Abertura

14h15 – A Rede Municipalista e as conquistas da CNM

15h – O agente Municipalista e a pauta prioritária

16h – Expectativas e Metas para a Rede Municipalista para 2017

17h – As ferramentas disponíveis para o agente municipalista

Santa Catarina, Goiás e Rio Grande do Sul recebem primeiros cursos da Rede Municipalista em 2017

Os Municípios de Florianópolis (SC), Goiânia (GO) e Porto Alegre (RS) vão receber os primeiros cursos de formação de Agentes Municipalistas de 2017, nos meses de março e abril. A formação ocorre em dois dias, totalizando 16h de carga horária. Os aprovados no curso ficam habilitados para as próximas capacitações na modalidade EAD – Ensino a Distância. As vagas são limitadas e as inscrições devem ser realizadas pelo site www.rede.cnm.org.br.

Agenda:

27 e 28 de março, Florianópolis/SC, na Fecam

30 e 31 de março, Goiânia/GO, na FGM

3 e 4 de abril, Porto Alegre/RS, na Famurs

Grupo no Telegram – A Rede Municipalista cresceu e, para conectar todos os Agentes, um grupo no aplicativo Telegram está funcionando a todo vapor. O grupo é exclusivo para agentes, indicados pelo prefeito. Para participar, instale o aplicativo em seu celular e preencha os dados no site da Rede.



Inscrições para a XX Marcha em Defesa dos Municípios já estão abertas

Prefeitos de todo o Brasil já podem se inscrever para participar da *XX Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios*, que será realizada na capital federal entre os dias 15 e 18 de maio. Considerado o maior evento municipalista da América Latina, a expectativa é de que a *Marcha*, como de costume, reúna representantes dos Três Poderes da esfera federal, além de milhares de gestores municipais.

Na ocasião, os prefeitos terão a oportunidade de apresentar a lideranças do

Executivo e do Legislativo as demandas municipalistas e sensibilizar os representantes sobre os problemas enfrentados na ponta da administração pública. Os Municípios filiados são isentos da taxa de participação, só tendo de arcar com os custos para manutenção em Brasília, como passagem e hospedagem.

Para se inscrever, os prefeitos devem acessar o *hotsite* da *XX Marcha*: www.marcha.cnm.org.br.

Assistência Social



Reinserir é repactuado com novos gestores

Prefeitos de 13 Municípios das regiões do Curimataú e Seridó paraibano participaram do *Seminário de Repactuação Metodológica do Reinserir*. Durante a atividade, realizada em Picuí (PB), os gestores assinaram termo de cooperação técnica reafirmando o apoio ao desenvolvimento do Projeto em seus Municípios.

No *Seminário*, foram apresentados aos novos prefeitos e aos reeleitos as atividades já realizadas, como mapeamento, diagnósticos, oficinas de capacitação profissional, além do cronograma para 2017.

A repactuação é um dos marcos do projeto. “É uma atividade fundamental para garantir a sustentabilidade do Reinserir no sentido de termos o apoio político dos gestores eleitos ou reeleitos e o apoio técnico dos novos secretários”, destacou a coordenadora técnica, Rosângela Ribeiro.

Além da apresentação, o seminário oportunizou um espaço para troca de informações entre os prefeitos. “O Reinserir representa muito para o meu Município. A partir do diagnóstico entregue em 2016,

que apresentou a nossa realidade, nós desenvolvemos uma campanha para trabalhar essa problemática”, ressaltou a prefeita reeleita de São Vicente do Seridó, Graciete Dantas.

Integram o projeto os Municípios Baraúna, Barra de Santa Rosa, Cubati, Cuité, Damião, Frei Martinho, Nova Floresta, Nova Palmeira, Pedra Lavrada, Picuí, São Vicente do Seridó, Sossego e Olivedos.

Carnaúba do Dantas adere ao projeto

O seminário também foi marcado pela adesão de Carnaúba do Dantas (RN) ao Projeto. “A participação de Carnaúba do Dantas mostra que a proposta do Reinserir está indo além das fronteiras dos Municípios que integram o núcleo do projeto. Além dele, outros nos procuram para conhecer a metodologia e saber como implementá-la”, disse o coordenador do Reinserir, Eduardo Stranz.



A questão das drogas foi uma das bandeiras de campanha do prefeito Gilson Dantas. Buscando mais informações sobre o tema, descobriu que o Reinserir estava sendo executado em Municípios próximos ao dele. Em novembro, durante o *Seminário Novos Gestores*, ele procurou a equipe do projeto com interesse em participar. Na repactuação, a participação foi oficializada.

A adesão do Município não representará custos extras para o projeto, pois as atividades de Carnaúba do Dantas dentro do Reinserir serão executadas com recursos próprios do Município.

Viva seu Município



Chegou a hora de levar o gabinete para a rua

Integrar a população à nova gestão, tornando-a parceira do desenvolvimento municipal. Essa é a proposta da 4ª edição da campanha *Viva Seu Município*, promovida pela Confederação Nacional de Municípios (CNM). Gestores municipais de todo o país estão convocados para, de 20 a 24 de março, executarem uma série de ações que estabeleçam um diálogo com a comunidade, apresentando os efeitos da crise e suas proposições para os próximos quatro anos de gestão.

A metodologia da campanha, que foi lançada oficialmente no dia 23 de fevereiro, prevê que as atividades sejam realizadas a partir de quatro etapas. Com essa soma de esforços, a CNM espera chamar a atenção das autoridades e da grande imprensa para a situação da crise nos Municípios brasileiros.

No *hotsite* da campanha www.vivaseumunicipio.cnm.org.br, você encontra o Guia de Mobilização, peças gráficas para *download*, planilhas e formulários personalizados, galeria de fotos e outras informações importantes para o desenvolvimento das atividades da campanha. Saiba como fazer:

1º Informe – Leve seu gabinete para a rua, montando uma estrutura em uma praça ou local de fácil acesso. Neste espaço, promova audiências públicas para mostrar a realidade financeira do Município, a receita e os gastos mensais, os programas que o governo federal oferece com o repasse de valores que não cobrem o custeio, a contínua transferência de ações da União para as administrações municipais sem o necessário recurso para financiá-las. Fale com a imprensa local (emissoras de rádio, TV e jornais) e mostre um balanço da crise.

A CNM dispõe de uma série de publicações, dados e pesquisas que podem auxiliá-lo a traçar esse panorama. Acesse em www.vivaseumunicipio.cnm.org.br.

2º Ouça – Escute o que a sua comunidade tem a dizer. Acolha com seriedade todas as demandas, críticas e sugestões que possam surgir. Convoque a população para participar da sua gestão!

3º Proponha – Exponha o seu plano de trabalho para os próximos quatro anos de gestão. Apresente

propostas para áreas de maior demanda como saúde, educação, transporte, finanças e assistência social.

4º Divulgue – Divulgue a mobilização em seu Município! Registre todas as ações executadas e a participação da comunidade. Publique nas redes sociais com a *hashtag* #vivaseumunicipio e envie para a CNM. A sua iniciativa serve de exemplo para a mobilização de outros Municípios. Vamos publicizar essa ação.

Envie imagens aéreas de seu Município

Entre as ações da campanha *Viva Seu Município*, todos os gestores estão convidados a captar e a enviar imagens aéreas de seus Municípios para a CNM. Essas imagens farão parte de um videoclipe do hino nacional, e o material em vídeo viajará por todo o Brasil, sendo apresentado nos eventos com a participação da Confederação. Todas as imagens serão creditadas por meio de legenda, com nome do Município e Estado.

Para enviar suas imagens, sugerimos utilizar os discos virtuais gratuitos Google Drive, SendSpace ou Dropbox e enviar o *link* para vivaseumunicipio@cnm.org.br.

Educação



Merenda escolar: CNM avalia reajuste nos valores repassados pelo governo federal

No dia 8 de fevereiro, a Confederação Nacional de Municípios (CNM) participou da cerimônia de divulgação do reajuste nos valores *per capita* da alimentação escolar. O evento contou com a participação do presidente da República, Michel Temer, do ministro da Educação, Mendonça Filho, além de outras autoridades. O primeiro-secretário da CNM, Eduardo Tabosa, representou a entidade na cerimônia.

Durante a cerimônia, Eduardo Tabosa destacou a importância de reajustar o valor do repasse, mas alertou para as dificuldades enfrentadas pelos gestores municipais. **“É impossível dar uma merenda de qualidade com R\$ 0,30 *per capita*. Quem está tocando a merenda é o Município. Dados do Siope de 2015 mostram que a despesa *per capita* fica na casa de R\$ 3. Por isso a importância desse aumento, que não recompõe a inflação, mas já é um primeiro gesto”**, disse.

No evento, o governo divulgou que o reajuste seria diferenciado pelo número de habitantes dos Municípios. Entretanto, no dia 9 de fevereiro, foi publicada no Diário Oficial da União (DOU) a Resolução 1/2017, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), e os valores não são diferenciados por grupos de Municípios.

Os valores *per capita* do Pnae são diferenciados por etapas e modalidades de ensino. O último reajuste dos valores da creche e da pré-escola data de 2012, mas os *per capita* do ensino fundamental e médio, inclusive da educação de jovens e adultos (EJA) e do Programa Mais Educação, não eram reajustados desde o exercício de 2010. De acordo o governo, serão liberados R\$ 465 milhões a mais em 2017 para atender aos 41 milhões de estudantes brasileiros.

Defasagem – De acordo com a área de Estudos Técnicos da CNM, de 2010 a 2016, esses valores acumularam uma defasagem de 59,5%. Além disso, os reajustes definidos na Resolução 1/2017 não foram os mesmos para todas as etapas e as modalidades da educação básica pública atendidas pelo Pnae.

Os *per capita* dos ensinos fundamental e médio foram reajustados em 20%, passando de R\$ 0,30 para R\$ 0,36. Entretanto, os reajustes dos valores da creche e da pré-escola foram respectivamente de 7% e 6%, passando de R\$ 1,00 e R\$ 0,50



Fotos: Beto Barata/PR

para R\$ 1,07 e R\$ 0,53.

Já os valores *per capita* do Programa Mais Educação e das escolas em tempo integral (com jornada escolar mínima de 7 horas diárias) foram fixados em R\$ 1,07. Ao mesmo tempo, o governo federal definiu exclusivamente para o Programa de Fomento às Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral um *per capita* de R\$ 2,00.

Por um lado, a CNM considera positivo que o governo federal tenha tomado a iniciativa de reajustar os valores do Pnae para o ano letivo de 2017. Entretanto, a entidade alerta que o reajuste anunciado não recupera a defasagem do *per capita* da merenda desde o seu último reajuste. Além disso, é

incompreensível que as escolas estaduais de ensino médio do programa lançado em 2016 pelo Ministério da Educação (MEC) recebam mais recursos para a alimentação escolar de seus alunos do que as demais escolas em tempo integral e do que a creche, única etapa da educação básica com mais matrículas em jornada integral do que parcial.

A Confederação reafirma antiga reivindicação dos gestores municipais para aprovação dos projetos de lei em tramitação no Congresso Nacional que propõem alterar a legislação vigente do Pnae de forma a garantir reajustes anuais dos valores *per capita* desse programa, no mínimo pela inflação do exercício anterior.



Observatório Político

CNM define pauta prioritária para estr

A Confederação Nacional de Municípios (CNM) definiu quais matérias que tramitam atualmente no Congresso Nacional integrarão a pauta prioritária de 2017 do movimento municipalista. Ela será discutida durante a *XX Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios*, a ser realizada entre os dias 15 e 18 de maio deste ano.

Aqui serão apresentadas as proposições consideradas de "altíssima prioridade" que tramitam nas Casas legislativas, tanto por sua significância no que tange às finanças municipais ou por atribuir maior autonomia aos Municípios e ao movimento municipalista.

Derrubada do veto do ISS

A CNM vem se articulando intensamente para a derrubada do veto do Imposto sobre Serviços (ISS), que deve ser apreciado em sessão conjunta do Congresso Nacional. O presidente da República, Michel Temer, vetou trechos da Lei Complementar 157/2016, que versava sobre uma redistribuição mais justa do montante arrecadado pelo tributo. A retirada dos pontos na lei pelo Planalto priva os Municípios de receberem pelo menos R\$ 6 bilhões com o ISS.

Entre as matérias que tramitam no **Senado**, estão:

Emendas ao Ploa direcionadas ao FPE e FPM

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 61/2015, que tem como primeira signatária a senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR), autoriza a apresentação de emendas ao Projeto de Lei do Orçamento Anual (Ploa) diretamente ao Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal (FPE) e ao Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

Uma vez aprovada, os parlamentares poderão alocar seus recursos de emendas individuais diretamente aos fundos, indicando o Ente federativo a ser beneficiado. A CNM se manifesta favorável à proposta, pois acredita que gerará uma desburocratização dos repasses aos Municípios e, como consequência, reduzirá os casos de gastos feitos pelas prefeituras enquanto aguardam os pagamentos por parte da União. A matéria se encontra pronta para deliberação do Plenário da Casa.

Judicialização da Saúde

Pertencentes às matérias que abarcam o tema da Judicialização da Saúde, a CNM se mobiliza para os senadores aprovarem o Projeto de Lei do Senado (PLS) 340/2013 e o PLS 485/2015. O primeiro torna possível a denúncia da lide à União ou ao Estado na demanda ajuizada contra os Municípios, que tenha por objetivo requerimento de medicamento ou procedimento de saúde. Com relatoria de Gleisi Hoffmann (PT-PR), a proposta está pronta para apreciação da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Já o segundo projeto diz respeito à alteração da Lei dos Planos de Saúde (Lei 9.656/1998). A proposição estabelece o ressarcimento direto ao fundo de saúde do Ente da Federação que prestou atendimento a beneficiário de plano. A matéria aguarda parecer do relator, Humberto Costa (PT-PE), na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Subfinanciamento de programas federais

A PEC 66/2015 determina que programas federais de cooperação entre União e Municípios terão os valores atualizados anualmente pelo índice oficial de inflação, sem prejuízo da ampliação de repasses. A CNM se posiciona favorável à proposta, originária do pacto federativo do Senado Federal, de autoria do senador Eduardo Amorim (PSC-SE). Atualmente, a matéria aguarda designação do relator na CCJ.

Suspensão da Resolução Normativa da Aneel

Apresentado entre as propostas do pacto federativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) 85/2015 susta trechos das Resoluções Normativas 479/2012 e 414/2010, da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), que repassam aos Municípios a responsabilidade pelos serviços de elaboração de projeto, implantação, expansão, operação e ma-

nutenção das instalações de iluminação pública e transferência de tais ativos.

A matéria aguarda parecer do relator, o senador Paulo Rocha (PT-PA), na CAE. A CNM trabalha em prol de sua aprovação, já que ela tira dos pequenos Municípios a obrigatoriedade de assumir esse processo da iluminação pública.

Na **Câmara**, as matérias prioritárias aos Municípios são:

Legitimação de propor ADI e ADC

A PEC 73/2015, de autoria do senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), permite que entidade de representação de Municípios, de âmbito nacional, proponha ação direta de inconstitucionalidade (ADI) e ação declaratória de constitucionalidade (ADC). A proposta aguarda parecer do relator, Rodrigo Pacheco (PMDB-MG), na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ).

A CNM defende a aprovação desta matéria ao destacar que, embora os Municípios sejam reconhecidos como Entes autônomos da Federação, eles não têm autonomia para questionar no Supremo Tribunal Federal (STF) propostas aprovadas que ferem sua autonomia ou que lhes causem prejuízos financeiros.



Ag. Câmara



Estratégias de ação no Congresso em 2017

Crítérios de reajuste do Piso do Magistério

O Projeto de Lei (PL) 3.776/2008 propõe que a atualização do piso nacional para profissionais do magistério público da educação básica seja feita com base na inflação aferida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC). De origem no Poder Executivo, a matéria já passou pelo Senado e, atualmente, está pronta para apreciação do Plenário da Câmara. Ao passar pelo crivo dos deputados, vai à sanção presidencial.

Atualmente, o reajuste da categoria é vinculado ao crescimento da receita do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais de Educação (Fundeb), e não ao INPC. Com isso, há períodos em que o crescimento da arrecadação de tributos, que compõem o referido fundo, é maior do que a inflação, o que faz o piso do magistério ser reajustado em percentual bem superior ao do salário mínimo e comprometer as finanças municipais.

Transporte e alimentação escolar

Ainda sob o espectro da melhoria e sustentabilidade da educação municipal, a CNM se articula politicamente para a aprovação de dois projetos que abordam transporte e alimentação escolar. Ambos estão sob a relatoria do deputado Rafael Motta (Pros-RN) na Comissão de Educação (CE).

O PL 2.508/2015, de transporte, e o PL 2.505/2015, de alimentação, estabelecem novos valores a serem repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) a Estados, Distrito Federal e Municípios para complementação de custeio dos serviços em questão, bem como dispõe sobre os critérios para atualização dos valores.

As propostas atendem à demanda histórica dos Municípios de que o valor aluno/ano do Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (Pnate) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) seja atualizado anualmente pelo índice da inflação. Para a CNM, é importante garantir que, no ano de entrada em vigência da nova lei, os valores aluno/ano dos programas sejam acrescidos da



Ag. Câmara

defasagem acumulada do INPC desde seu último reajuste até então.

Consórcios públicos

Há duas proposições que tramitam na Casa que compreendem consórcios públicos entre Entes da Federação. A CNM é favorável às duas matérias. O PL 2.542/2015, do senador Pedro Taques (PDT-MT), limita as exigências de regularidade quando da celebração de convênios com a União ao consórcio público envolvido, sem estendê-los aos Entes nele consorciados. A matéria aguarda designação do relator na CCJC.

Enquanto o PL 2.543/2015, do senador Fernando Bezerra Filho (PSB-PE), estabelece que, no consórcio público de personalidade jurídica de direito público, o pessoal será regido pela Consolidação das Leis de Trabalho (CLT). Como a forma de contratação não está disposta em lei, alguns tribunais de contas vêm considerando necessário contratar o quadro de funcionários dos consórcios pelo regime estatutário, o que é prejudicial aos Municípios. A proposição aguarda parecer do relator, Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP), na CCJC.

Reforma da Previdência Social

Uma reforma da Previdência Social está pre-

vista na PEC 287/2016, originária do Poder Executivo. A matéria recebeu parecer pela admissibilidade do relator, Alceu Moreira (PMDB-RS), na Comissão Especial da Reforma da Previdência Social. A CNM conseguiu, por meio de requerimento aprovado, apresentado pelo deputado Mauro Pereira (PMDB-RS), participar de audiência pública que discutirá a proposta.

Espera-se que, nas discussões da reforma, sejam inseridos o debate e a apreciação sobre o PL 6.610/2016, de autoria do deputado Hildo Rocha (PMDB-MA), que trata do parcelamento de débito previdenciário dos Municípios.

Resíduos Sólidos

O PL 2.289/2015, originário no Senado, busca prorrogar o prazo para a disposição final ambientalmente adequada de rejeitos, usando critério temporal e populacional, portanto variante de acordo com dados de cada Município. A matéria aguarda criação de comissão temporária pela Mesa

A CNM apoia a medida, tendo em vista que, pela legislação atual, milhares de prefeitos podem ser inqueridos a assinar o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) e ser processados pelo Ministério Público, por descumprimento do prazo.

Defesa Civil



Seca castiga Municípios há seis anos

Entra ano, sai ano, o Brasil enfrenta problemas climáticos muitas vezes devastadores aos Municípios. Dentre esses, o que mais acarreta prejuízos para moradores e prefeituras dessas cidades é o fenômeno natural da seca. Centenas chegam a ficar em situação de emergência o ano inteiro, sobretudo na região Nordeste. Além da dificuldade natural de se viver com escassez ou total falta de água, recurso natural fundamental à vida, o problema faz com que setores como a produção agrícola e indústria tenham enormes prejuízos, paralisando a economia de muitos Municípios.

Esses problemas foram detalhadamente relatados pela área técnica de proteção e defesa civil da Confederação Nacional de Municípios (CNM) no estudo “Prejuízos causados por desastres naturais – 2012 a 2015”. No trabalho, que é de livre acesso na biblioteca virtual no site da entidade, a CNM fez um levantamento da situação no país por conta de adversidades climáticas e revela a dura realidade enfrentada pelos Municípios.

As cifras, os números e os indicadores ligam o sinal vermelho não só nos Municípios, mas também nos Estados e na União. Só com a seca, o prejuízo calculado de 2012 a 2015 foi de R\$ 151 bilhões em diversos setores da economia. Neste período, foram ao todo 7.371 decretações em decorrência da seca, 6.295 só no Nordeste. Na região, só de janeiro a setembro de 2015, a seca causou R\$ 16,4 bilhões de prejuízo aos cofres públicos municipais. Pesquisas climáticas realizadas até agora preveem que a região enfrentará o sexto ano consecutivo de estiagem em 2017.

Veja na tabela os prejuízos causados por região em razão de seca, de 2012 a 2015 (R\$)*

O presidente da Associação dos Municípios Pernambucanos (Amupe) e prefeito de Afogados da Ingazeira (PE), José Patriota, avalia que, com o passar dos anos, os danos causados pela seca no semiárido nordestino têm causado



Câmara dos Deputados

grandes estragos, e cobra ações do governo federal. “Já são seis anos de seca no Nordeste. Isso influencia negativamente em setores como agricultura, pecuária, produção industrial e na renda do trabalhador. É preciso que o governo federal tome providências urgentes para socorrer os Municípios, pois não se trata apenas de questões relacionadas à produção, mas há vidas envolvidas, pessoas sofrendo e morrendo por consequência da seca”.

Efeitos negativos – Em 2012, com o aumento descontrolado da desertificação no sertão, ocorreu a perda de 1,3 milhão de bovinos, 696 mil caprinos, 784 mil ovinos e 755 mil aves.

Em 2015, os Municípios atingidos somaram mais de R\$ 4,5 bilhões em prejuízos na agricultura, com mais de 50 milhões de pessoas afetadas. Neste mesmo ano a Organizações Unidas (ONU) considerou a seca da região Nordeste o desastre natural mais grave no mundo.

Fundo emergencial – Para auxiliar os Municípios quanto às perdas decorrentes das secas, está em análise na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado o Projeto de Lei (PL) 791/2015, que determina a criação de um fundo emergencial para atender às vítimas do fenômeno natural.

O PL pede a destinação de R\$ 1 bilhão para este fundo, com recursos do Tesouro Nacional e de doações. A ideia principal é que o dinheiro ajude a contornar a situação drástica em que se encontra a população de boa parte dos Municípios país afora, sobretudo os do Nordeste. A CNM acompanha de perto os desdobramentos deste Projeto de Lei no Senado.

Ano	2012	2013	2014	2015
**Centro-Oeste	Não informado	Não informado	Não informado	Não informado
Nordeste	469.008.577,40	39.981.906.705,75	49.553.346.363,33	14.046.028.282,96
Norte	Não informado	35.835.990,00	Não informado	35.122.598,20
Sudeste	87.980.698,65	18.108.173.428,44	24.395.061.845,25	3.403.374.234,73
Sul	73.087.800,00	154.285.793,78	538.963.611,57	211.452.156,39
TOTAL	630.077.076,05	58.280.201.917,97	74.487.371.820,15	17.695.977.272,28

*Fonte: Sedec/MI. Elaboração: Área Técnica de Defesa Civil da CNM.

**A região Centro-Oeste não fez nenhuma solicitação de recursos ao governo federal ou estadual para enfrentamento da seca nesses quatro anos, assim como o Norte em 2012 e 2014. Por esta razão, ambas aparecem como não informado neste período.

Gestão Municipal



Primeira Semana de Atendimento Técnico fechou com sucesso

Orientar os gestores sobre os principais desafios da gestão municipal. Esse é o objetivo da Semana de Atendimento Técnico, promovida pela Confederação Nacional de Municípios (CNM). O evento ocorreu entre os dias 14 e 16 de fevereiro e trouxe a Brasília cerca de 200 gestores municipais.

O evento foi dividido em núcleos temáticos: social, territorial e financeiro. Cada núcleo foi dividido em duas etapas. De manhã, foram realizadas exposições dos técnicos sobre os temas propostos. Na parte da tarde, em salas temáticas, ocorreu atendimento às demandas individuais dos Municípios.

As áreas de Saúde e Educação foram as mais procuradas pelos prefeitos participantes. Os profissionais da CNM atenderam em salas separadas por cada tema e os gestores podiam procurá-los de acordo com suas necessidades.

O prefeito de Morros (MA), Sidrack Feitosa, por exemplo, passou por todas as áreas. **“Somos novos gestores e temos dúvidas em praticamente tudo. A gente quer fazer uma gestão séria, transparente e honesta, então é muito importante este papel que a CNM está fazendo com os Municípios”**, disse ele.

Ao longo de três dias, o evento se propôs a auxiliar os gestores em suas administrações e sanar quaisquer dúvidas que permeiem suas prefeituras.



Fotos: Ag. CNM



Saúde



Estratégia Saúde da Família: CNM faz representação no TCU contra irregularidades no programa

Cerca de 38% dos Municípios estão recebendo valores desatualizados referentes à manutenção de programas integrantes da Política Nacional de Atenção Básica (Pnab). A constatação é da Confederação Nacional de Municípios (CNM), que fez representação junto ao Tribunal de Contas da União (TCU) a fim de alertar para os prejuízos decorrentes da falha do Ministério da Saúde.

São definidas duas modalidades de financiamento para o custeio das Equipes de Saúde da Família (ESF). Os Municípios que possuem população de até 50 mil habitantes nos Estados da Amazônia Legal e até 30 mil habitantes nos demais Estados recebem R\$ 10.695,00 por ESF. Incluem-se, ainda, Municípios que atendam a população remanescente de quilombos ou residente em assentamentos de no mínimo 70 pessoas. Já na segunda modalidade – que engloba aqueles não incluídos na anterior –, os Municípios recebem R\$ 7.130,00 por equipe.

No entanto, o Ministério da Saúde não realiza

o controle e a atualização do quantitativo populacional, fazendo com que mais de dois mil Municípios estejam indevidamente enquadrados na modalidade II e recebam, desta forma, valores abaixo do estabelecido. Isso porque a Portaria MS 822/2006, que definiu a lista inicial dos Municípios integrantes da modalidade I, não é atualizada há mais de dez anos. A CNM alerta que os Municípios dependem desses repasses para a estruturação da atenção básica de suas localidades.

Impactos – A fim de possibilitar a visualização dos prejuízos aos cofres municipais, a Confederação cita o exemplo do Município de Cumaru (PE), que possui população de 17.183 habitantes e cinco ESF habilitadas. A prefeitura deixou de receber, de



Brasil.gov

junho de 2011 a julho de 2016, o valor correspondente a cerca de R\$ 1 milhão apenas nesse programa.

Questionado em 2016 pelo Município pernambucano acerca da situação, o Ministério da Saúde alegou que o Departamento de Atenção Básica (DAB) tem atuado para revisar os critérios, mas destacou que, em função do atual cenário econômico, não há definição de prazo para que a atualização seja realizada.

Movimento Municipalista



Pauta municipalista é entregue a governador Geraldo Alckmin

A Confederação Nacional de Municípios (CNM) entregou a pauta municipalista ao governador de São Paulo, Geraldo Alckmin. A reunião ocorreu na tarde do dia 14 de fevereiro e contou com a participação de diretores da entidade e de presidentes de entidades estaduais de Municípios.

Na oportunidade, gestores municipais entregaram ao governador ofício contendo assuntos de interesse dos Municípios que necessitam de aprovação. Dentre esses estão: reforma da previdência e tributária, encontro de dívidas e Piso Nacional do

Magistério. Eles também convidaram o governador a participar da *XX Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios*.

Alckmin se mostrou receptivo à causa apresentada pelas entidades. Ele destacou, ainda, que conhece a fundo os desafios pertinentes à gestão municipal, pois tem em sua trajetória experiência como vereador e prefeito.

A reunião fez parte de uma série de eventos promovidos pela CNM em parceria com a Associação Paulista de Municípios (APM) a fim de alinhar estratégias do movimento municipalista.



Ag. CNM

Planejamento territorial



Brasil é destaque na Convocatória de Projetos Inspiradores da Nova Agenda Urbana

A Nova Agenda Urbana, um dos assuntos acompanhados pela Confederação Nacional de Municípios (CNM), foi tema de uma convocatória internacional. O objetivo do concurso era selecionar projetos inovadores com foco na construção de cidades verdes e inclusivas para fortalecer o desenvolvimento urbano sustentável. O Brasil foi um dos países destaque.

Chamada de Convocatória de Projetos Inspiradores da Nova Agenda Urbana, a iniciativa foi liderada pelo Programa das Nações Unidas para Assentamentos Humanos (ONU-Habitat). E contou com o apoio da Federação Latino-Americana de Cidades, Municípios e Associações Municipalistas (Flacma), além da CNM.

No total, foram recebidos 147 projetos, de um conjunto de 16 países da América Latina e Caribe. Todo o material foi avaliado por um comitê técnico, composto por representantes de diversas organizações e especialistas na temática de desenvolvimento sustentável. Dentre os critérios analisados, estiveram inovação, impacto, cooperação e adaptabilidade das iniciativas.

Também foram levados em conta a participação cidadã e o uso de temas transversais, como questões de gênero, juventude, cidadania, direitos humanos, mudanças climáticas, entre outros. Em termos de números de projetos submetidos, três países obtiveram destaque: Brasil, México e Colômbia.

O Brasil foi um dos países finalistas da convocatória, que selecionou quatro propostas inspiradoras. O Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo (SP) faz parte do *ranking*, juntamente com o Projeto del Caño Martín Peña, de San Juan, em Porto Rico; o Plano de Melhoramento Integral de Bairros Periféricos de Cuenca, no Equador; e os Espaços de Dulzura, de Curridabat, na Costa Rica.

Além dessas, outras quatro propostas receberam menção honrosa. Mais uma vez, o Brasil esteve na lista. Também foram contempladas a Argentina, a Bolívia e a Colômbia. As iniciativas se destacaram por abordar ação integrada com o desenvolvimento urbano, a capacidade de atingir resultados e por estarem integradas com os temas transversais da Agenda 2030.

Material de apoio

Os Municípios do

Brasil e do resto do mundo são motivados a implementar agendas internacionais para o desenvolvimento. E essas boas práticas podem ser utilizadas como exemplo. A CNM, em parceria com o Programa das Nações Unidas (Pnud), tem desenvolvido ferramentas para auxiliar os gestores, como o Guia de Localização dos Objetivos de Desenvolvimento

Sustentável

(ODS) nos

Municípios.

O material pode

ser acessado

gratuitamente

na biblioteca

CNM. Visite:

www.cnm.org.br



Finanças



Municípios recebem R\$ 92 milhões em receitas patrimoniais de imóveis da União

Todos os anos, a União deve repassar 20% dos recursos arrecadados com as receitas patrimoniais – taxa de ocupação, foro e laudêmio – dos imóveis mencionados na Lei 13.240/2015 ao Distrito Federal e aos Municípios onde estão localizados. Em 1º de fevereiro, foram transferidos R\$ 92 milhões aos cofres de 492 Municípios que tinham direito ao repasse.

A Secretaria de Patrimônio da União (SPU) informou que o recurso foi depositado na conta do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), mas com um có-

digo diferente. Segundo informações disponíveis no *site* da SPU, a projeção de arrecadação de receitas patrimoniais previa o repasse para 541 Municípios, onde estão localizados imóveis que poderiam dar origem às cobranças de taxa de ocupação, foro e laudêmio.

No entanto, de acordo com a SPU, o repasse ocorreu somente para 492 Municípios, onde a arrecadação dessas cobranças de fato se concretizou. A CNM ainda não tem informações sobre a divisão desses Municípios por Estado.



Gláucia Menezes/Ministério do Planejamento

Finanças



Confederação trata de entraves financeiros dos Municípios com a Receita Federal

Um conjunto de assuntos ligados a finanças municipais pautou uma reunião entre representantes da Confederação Nacional de Municípios (CNM) e o secretário-executivo da Receita Federal, Jorge Hashid. O encontro ocorreu em Brasília e teve com um dos destaques a discussão sobre o Imposto sobre Serviços (ISS).

O 1º tesoureiro da entidade, Hugo Lembeck, abriu o diálogo com o secretário apresentando a pauta, composta por seis itens. O primeiro deles era o ISS. Lembeck explicou que a Confederação defende a redistribuição do imposto, que hoje está concentrado em poucas cidades. Ele também pontuou a importância de fazer a cobrança do ISS no local do tomador do serviço.

As reivindicações do movimento municipalista foram incluídas na matéria que passou pelo Congresso Nacional. Entretanto, ao chegar na Presidência da República, foram feitos vetos à Lei Complementar 157/2016. “Este é um tema muito sensível aos Municípios brasileiros. Entendemos que o imposto precisa ser partilhado de forma justa com todos os Municípios brasileiros, e os vetos estão impedindo isso”, exclamou.

No ofício entregue ao secretário da Receita, a CNM faz uma projeção dos impactos que os vetos podem gerar. Os cálculos apontam uma perda de mais de R\$ 6 bilhões aos cofres municipais.

Imposto Territorial Rural

Outro item comentado pela diretoria da entidade foi o Imposto Territorial Rural (ITR). Os Municípios

conveniados com a Receita, para fins de fiscalização do imposto, precisam comprovar uma série de requisitos até o dia 31 de março deste ano. As exigências estão previstas no artigo 10, da Instrução Normativa (IN) 1.640/2016.

Entretanto, como alertou a técnica em Finanças da entidade, Fabiana Barbosa, muitos prefeitos têm buscado a CNM para receber orientações. “Precisamos lembrar que muitos deles estão assumindo o primeiro mandato agora”, disse.

Diante desse cenário, a Confederação cogitou à Receita Federal a possibilidade de rever o prazo definido. A entidade frisou que os novos prefeitos esbarram na falta de conhecimento técnico para cumprir as exigências da IN. Porém, este não é o único entrave. Os gestores municipais também relatam dificuldades em entregar a documentação, uma vez que as superintendências locais têm recusado seu recebimento.

Imposto de Renda Retido na Fonte

O Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) foi outro destaque do encontro. Havia um desentendimento se o valor pago a Pessoas Jurídicas (PJ) poderia ser abrangido no conceito de rendimentos pagos, previsto na Constituição Federal, que trata do IRRF.

Inicialmente o valor retido era destinado aos



Ag. CNM

Municípios. Contudo, após uma publicação da Receita, ficou estabelecido que os Entes locais não poderiam reter esses valores, medida que impacta diretamente na arrecadação local.

Também foram abordadas na reunião questões ligadas à reforma tributária, dívida previdenciária e a Declaração de Operações de Crédito (Decred). Ao final, o diretor-executivo da CNM, Gustavo Cezário, convidou os representantes da Receita para participarem da *XX Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios*.

Visão da Receita

Hashid demonstrou cautela em emitir um posicionamento sobre a derrubada dos vetos do ISS. Ele questionou a logística de recolhimento do imposto, em caso de mudança para o local do tomador do serviço, e defendeu a formulação de uma nova proposta. “O ideal seria construir uma contrapartida aos vetos”, afirmou.

Quanto ao ITR, o secretário sinalizou que será mantido o prazo de 31 de março, mas se comprometeu a ampliar a comunicação do órgão com os Municípios brasileiros. A ideia é repassar as devidas orientações aos novos prefeitos para que possam fazer a prestação de contas corretamente.

Já sobre o IRRF, Hashid confirmou que o imposto pertence aos Municípios e, portanto, os procedimentos que já eram realizados serão mantidos. A Confederação comemora o anúncio, pois vinha lutando ultimamente para que não houvesse essa perda.

Nova reunião deverá ser marcada em breve com a Receita para aprofundar alguns dos temas apresentados ao secretário.



Ag. CNM

Governo eletrônico



Novo site da CNM tem novos recursos e objetiva mais interação com os Municípios

Casa nova pede *site* novo! A Confederação Nacional de Municípios (CNM) lançou um novo portal eletrônico, com uma cara mais moderna. O *site* traz novos recursos, visando à praticidade na busca de informações e interação com os Municípios.

O novo *site* busca dar mais destaque às notícias, que em sua maioria são de interesse dos 5.568 Municípios brasileiros. O novo formato permite a integração de novos elementos aos textos, como boxes, imagens e vídeos, que complementam e enriquecem o conteúdo.

Na página inicial do site, os conteúdos passam a ser organizados a partir de blocos com fonte maior para facilitar a leitura. A estrutura foi pensada para que se possa alternar com facilidade a posição dos conteúdos na página inicial, permitindo definir com mais clareza

za a hierarquia dos assuntos a cada momento do dia.

Qualquer pessoa que entrar no site da CNM terá acesso a dados básicos de cada Município como: data de instalação, gentílico, população, área; densidade demográfica, IDH, mesorregião, microrregião, distância da capital e altitude. Além disso, possui informações mais detalhadas, como prefeito, partido do prefeito, endereço da prefeitura e *site* oficial.

Espaço do contribuinte – Um dos destaques do site é o Espaço do Contribuinte dentro do Conteúdo Exclusivo. O ambiente já foi apresentado aos mais de três mil prefeitos que participaram do *Seminário Novos Gestores* nos meses de outubro e novembro de 2016. Nesse local, os gestores municipais terão acesso a informações personalizadas de seus Municípios.



O espaço traz ainda outras novidades, como novas ferramentas e projetos da CNM que estão disponíveis no espaço do contribuinte. Além disso, nesse espaço, o gestor municipal que acessá-lo terá em mãos agenda de reuniões, eventos e documentos também personalizados. Acesse www.cnm.org.br e conheça as novidades.

Movimento Municipalista

Movimento municipalista celebra 80 anos de Dalva Cristofolletti

Símbolo de luta e dedicação ao movimento municipalista brasileiro, uma das fundadoras da Confederação Nacional de Municípios (CNM), Dalva Cristofolletti comemorou 80 anos de idade no mês de fevereiro. Com uma trajetória de conquistas que mudou a história do país, ela já tem mais de 60 anos de trabalho no movimento municipalista.

Nascida no interior de São Paulo, no Município de Rio Claro, Dalva foi uma das primeiras mulheres a se reunir com colegas da Associação Paulista de Municípios (APM), em 1954, para buscar mais atenção aos

Municípios brasileiros. Uma das primeiras conquistas foi a formação consolidada de entidades municipalistas em diversos Estados e, depois, a obtenção do aumento de 10,5% para 16% no Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

Admirada pelo trabalho e pela dedicação, Dalva participou das discussões da Constituinte, viajando por vários Estados para garantir apoio aos Municípios. No Congresso Nacional, em 1988, a líder municipalista viu os Municípios serem proclamados Entes federados, assim como a União, os Estados e o Distrito Federal.



Ag. CNM

Sede da CNM tem indicação internacional a prêmio de edifício do ano

“Aqui, nós vamos construir o grande conteúdo para o municipalismo”. A afirmação – feita com emoção pelo presidente da Confederação Nacional de Municípios (CNM), Paulo Ziulkoski, durante o Seminário Novos Gestores 2017-2020 – se refere à nova sede da entidade, conquistada por meio da luta do movimento municipalista em obter um espaço próprio. Ele destaca que a construção da nova sede é realização de um sonho, que começou a ser rascunhado há quase uma década.

De sonho a realidade, o espaço já começou a ter reco-

nhecimento. A construção foi uma das indicadas ao Prêmio ArchDaily Building of the Year 2017. A iniciativa reconhece os projetos mais relevantes do mundo. A sede concorreu na categoria “Arquitetura Pública”. No Brasil, apenas outras três obras foram selecionadas para participar da premiação nesse grupo. A premiação ocorre há oito anos e atribui aos leitores a escolha dos projetos que tiveram maior impacto para a arquitetura mundial. Concorrem à iniciativa mais de três mil projetos de 44 países.



Themaz

Meio ambiente

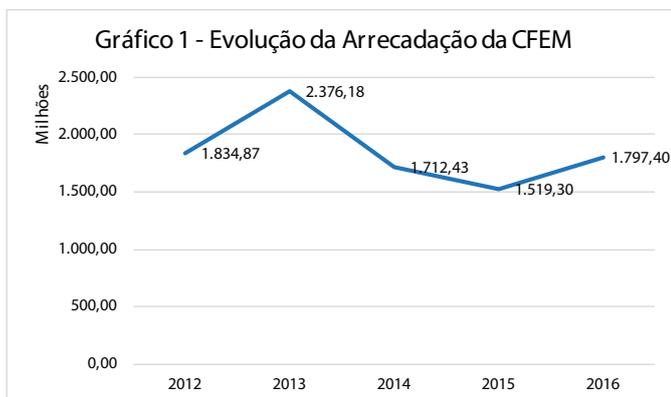


Código de Mineração completa 50 anos, e Municípios ainda esperam mudanças

O Código de Mineração completa 50 anos de vigência no final do mês de fevereiro. Ao lembrar da norma, a Confederação Nacional de Municípios (CNM) apresenta os avanços e os desafios do principal diploma legal brasileiro. Criado para regulamentar a atividade de mineração, o código infraconstitucional foi estabelecido em meio ao regime militar pelo Decreto-Lei 227/1967.

A Constituição Federal de 1988 instituiu aos Entes federados a Compensação Financeira pela Exploração dos Recursos Minerais (Cfem). Desde então, os governos locais e regionais passam a ter direito ao recurso. Em 2016, segundo levantamento da entidade, mais de 3 mil Municípios receberam recursos da exploração de minerais.

Conforme mostra gráfico, nos últimos cinco anos, a arrecadação da Cfem teve crescimento expressivo em 2013 e quedas nos três anos seguintes. Essa retração é consequência do desaquecimento da economia e da grave tragédia da barragem do Fundão, em Mariana (MG), que atingiu profundamente os resultados da atividade de mineração.



Fonte: Departamento Nacional de Produção Mineral. Elaboração área técnica de Finanças, 2017.

Para a CNM, dado o enorme potencial mineral do Brasil, os efeitos e os impactos sociais e econômicos que causam na sociedade brasileira, um novo marco regulatório para o setor é necessário. Os 50 anos do decreto-lei refletem a urgência de sua atualização. São necessários instrumentos eficientes para a gestão pública do aproveitamento dos recursos minerais, além da valorização do minério brasileiro, suas alíquotas estão entre as menores do mundo.

Tendo em vista essa consciência, a Câmara de Deputados e o Senado Federal discutem um novo código da Mineração. Com a tramitação de projetos que tratam do tema, a CNM tem acompanhado e atuado para defender os interesses

dos Entes locais, uma vez que 65% da receita da compensação pertencem aos Municípios mineradores.

Entre os pontos defendidos, além de questões ambientais relevantes, estão:

1. representação dos Municípios no Conselho Nacional de Política Mineral (CNPM);
2. reconhecimento expresso para que Estados e Municípios possam exercer, de maneira isonômica, a fiscalização e o acompanhamento da exploração dos recursos minerais em seus territórios, independentemente de convênio, nos termos do art. 23, XI, da CF/88;
3. criação do Comitê Gestor da Fiscalização da Compensação Financeira pela Exploração Mineral, que tem como objetivo possibilitar a fiscalização por parte dos Municípios;
4. necessidade de compartilhamento com os Municípios de taxas e bônus oriundos do pagamento devido pelos concessionários, autorizatários e permissionários, incidindo sobre todas as modalidades de aproveitamento mineral;
5. compartilhamento da Cfem para Municípios impactados, desde que não reduza o repasse dos Municípios produtores;
6. mudança na base de cálculo da Cfem, que deixa de ser sobre o faturamento líquido e passa a ser sobre o bruto;
7. redefinição da alíquota da Cfem, de 3% para 4%, tendo sua definição determinada no texto da lei e não por decreto;
8. descrição do fato gerador da Cfem, a fim de não gerar dúvidas acerca da sua hipótese de incidência, ou seja, além da saída por venda do bem mineral, devem ser considerados fato gerador, também, o seu consumo pelo próprio titular da atividade mineral, a transferência, a transformação, a alienação para outro estabelecimento minerador ou unidade de produção, de mesma titularidade ou de pessoa jurídica pertencente ao mesmo grupo econômico, sediada no Brasil ou exterior;
9. novas definições de conceitos de estabelecimento minerador e de beneficiamento, fundamentais para as questões referentes à hipótese de incidência e base de cálculo da Cfem.

A Confederação acredita que esses pontos são imprescindíveis para o novo normativo. Tais mudanças garantem a sustentabilidade dos Municípios produtores, além de proporcionar segurança jurídica das relações dos principais atores do segmento da mineração.